

Panorama atual das escolas sob o regime de ciclos no Brasil

O texto oferece uma visão geral das redes estaduais e municipais que adotam o regime de ciclos escolares no país, com base no Censo Escolar de 2000, tece considerações sobre as justificativas utilizadas para introduzi-los e aponta os desafios postos pela sua implementação.

Panorama atual das escolas sob o regime de ciclos no Brasil¹

Elba Siqueira de Sá Barretto²

Eleny Mitrulis³

Embora já fosse admitido a título de experiência pedagógica durante os anos 60, e estivesse previsto na Lei 5.692/71, o regime de ciclos passa a manifestar tendência crescente de expansão especialmente a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ao flexibilizar a organização do ensino básico, a Lei. 9.394/96 reitera os ciclos como uma das formas alternativas de organização da escola (art. 23), ao mesmo tempo em que dá suporte à orientação das políticas da área nessa direção. Os Parâmetros Curriculares Nacionais incidem também sobre a questão, adotando a organização em ciclos para o ensino fundamental sob o argumento de que ele torna possível a distribuição mais adequada dos conteúdos em relação à natureza do processo de aprendizagem.

No âmbito nacional, cuja tônica é a modernização da sociedade, e em que o eixo da educação gira em torno do aumento da competitividade e da cidadania, as justificativas que sustentam as iniciativas de adoção de ciclos escolares recorrem aos conhecidos argumentos marcados por determinantes econômicos e demográficos, que têm forte papel indutor nas políticas públicas dirigidas à expansão e melhoria da educação básica do país. Os ciclos passam a ser muito valorizados como uma resposta que evita o fracasso e a exclusão escolar, visto que, na perspectiva das sociedades do conhecimento que permeia a orientação das reformas na área, é fundamental que amplos contingentes da população tenham condições de desenvolver habilidades intelectuais

¹ Trabalho apresentado no XX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Anpae: Salvador, 25 a 28/11/2001. Este texto constitui versão, modificada e acrescida de informações, de parte de estudo amplo, realizado pelas autoras sob o título: Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país, que será publicado pela Revista *Estudos Avançados*. São Paulo, USP: IEA, v.15, n.42, 2001.

² Prof. Doutora da Faculdade de Educação da USP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas

mais complexas, sejam capazes de processar múltiplas informações e de se organizar nas relações sociais e de trabalho de modo cooperativo e mais autônomo. Nessa perspectiva a escola teria uma contribuição fundamental a oferecer quanto à aquisição dessas competências.

A alternativa dos ciclos escolares é fortalecida com a aprovação do Plano Nacional de Educação, Lei Federal 10.172 de janeiro de 2001, que, entre seus objetivos, propõe a elevação geral do nível de escolaridade da população e a redução das desigualdades sociais e regionais no que se refere ao acesso e à permanência dos alunos, com sucesso, nas escolas.

Embora os indicadores educacionais, ao apresentarem uma taxa de 97% de escolaridade, revelem que o atendimento às crianças de 7 a 14 anos no ensino fundamental está quase universalizado e sinalizem para uma melhoria dos índices de desempenho, tais conquistas ainda convivem com um elevado índice de atraso escolar. De acordo com o Censo Escolar de 1999, são 44% os alunos do ensino fundamental que apresentam distorção idade-série. Isso significa que as vagas utilizadas nesse nível de ensino são superiores às necessárias ao atendimento das diferentes coortes de idade na faixa de escolaridade obrigatória e que a correção desta distorção abriria a possibilidade de se adotar medidas de alto interesse para a melhoria da qualidade do ensino. Entre tais medidas figurariam: aumento da jornada diária de escolaridade; ampliação de insumos pedagógicos como livros escolares, equipamentos para laboratórios, computadores e demais recursos didáticos; capacitação de professores, ou ainda, a ampliação generalizada do ensino obrigatório de 8 para 9 séries, tal como ocorre nos demais países da América Latina.

³ Prof. Doutora da Faculdade de Educação da USP

Constatar que perfazem quase 8,5 milhões os alunos que cursam o ensino fundamental regular com mais de 14 anos, aos quais devem agregar-se mais três milhões que freqüentam cursos para jovens e adultos, significa admitir que aos desafios desse nível de ensino, decorrentes da natural diversidade da composição sociocultural da clientela, vêm juntar-se outros. São esses resultantes dos percursos escolares acidentados, estendidos por evasões e/ou reprovações repetidas, e fruto das conseqüentes transformações nas experiências de vida individuais, uma vez que se trata de alunos já em processo de construção de identidade como adultos, mais autônomos em relação às suas famílias, à produção e ao consumo da cultura, ao exercício da cidadania política, à inserção no mundo do trabalho e à subsistência pessoal.

Outro aspecto a considerar é que o projeto político de universalização gradual do ensino médio, de grande interesse como fator de formação para a cidadania, na perspectiva de compreensão e intervenção social, e de qualificação para a inserção produtiva, terá sua realização muito mais lenta do que a esperada em face das barreiras impostas pelas irregularidades de fluxo escolar verificadas no ensino fundamental. Segundo dados do Censo Escolar de 1999, cerca de 5,5 milhões de alunos de 15 a 17 anos cursavam o ensino fundamental, enquanto apenas 3,4 milhões nessa faixa etária estavam freqüentando o nível médio.

No total, dos 43 milhões e 800 mil alunos no ensino fundamental e médio, 12,8 milhões estavam atrasados em relação à faixa etária correspondente a cada curso, sem contar os atrasos nas séries dentro de cada coorte. Forte argumento para a adoção de medidas de correção de fluxo escolar.

Valorizada no nível nacional, a proposta do regime de ciclos, ao difundir-se mais amplamente no bojo das reformas educacionais, tem levado muitas administrações a retomarem e reelaborarem propostas experimentadas em outras gestões, de diferente cor

política ou extração partidária, multiplicando iniciativas com características e ênfases semelhantes nas redes escolares de estados e municípios. A organização do ensino em ciclos tem vindo ancorada em projetos políticos que, em princípio, devem estar mais atentos: à autonomia das unidades escolares para formularem suas propostas educativas de modo contextualizado e de acordo com o perfil do aluno; a um currículo concebido de forma mais dinâmica e articulado às práticas sociais e ao mundo do trabalho; à formação continuada de professores; a um tempo regulamentar de trabalho coletivo na escola e à flexibilização das rotinas escolares.

Dados divulgados pelo INEP, relativos ao Censo Educacional do ano 2000, revelam que o regime de ciclos está sendo adotado por 18% do total das escolas de ensino fundamental existentes no país, o que representa uma proporção ainda bem modesta. Pouco menos da metade das escolas estaduais possuem ciclos (45,5 %), ao passo que um percentual bem menor de escolas com esse regime encontra-se nas redes municipais (13,2%), ainda que, em números absolutos, haja mais escolas municipais com ciclos do que escolas estaduais. Nos estabelecimentos de ensino privado o regime ainda não se expandiu de forma expressiva (3,3%). A rede federal de ensino fundamental é muito pequena, assim como insignificante o percentual de estabelecimentos dessa dependência administrativa que funciona sob o regime de ciclos. Consulte-se, a propósito, a tabela I em anexo.

Uma primeira conclusão a que se chega a partir desses dados, e que parece decorrer inclusive da própria concepção de educação subjacente aos ciclos, é que essa forma de organização da escola está profundamente vinculada às iniciativas do setor público.

O número de escolas não é porém proporcional à quantidade de matrículas em cada estabelecimento de ensino, porque o tamanho das unidades escolares é muito

variado, como se pode verificar cotejando os dados da tabela 1. As escolas municipais são quase quatro vezes mais numerosas do que as estaduais, entretanto o total de matrículas nas redes municipais é apenas ligeiramente superior ao das redes estaduais, pois entre as escolas das prefeituras há muitas que são muito pequenas ou ainda unidocentes.

De qualquer modo, não se dispõe de informação mais precisa sobre a quantidade de alunos no regime de ciclos, visto que o número de matrículas é coletado independentemente do tipo de organização da escola. Além disso, a mesma escola pode adotar mais de um tipo de organização, sendo freqüente que apresente ciclos nos anos iniciais e mantenha a seriação nas turmas mais avançadas, seja por ter optado pela implantação gradativa dos ciclos, seja por ter decidido não estendê-los a todas as séries. Desse modo, a consideração dos dados disponíveis permite uma idéia apenas grosseiramente aproximada do contingente de alunos sob esse regime.

Além de serem as redes estaduais as que proporcionalmente mais aderiram aos ciclos, o fato de possuírem escolas de tamanho médio bem maiores do que as mantidas pelas prefeituras, permite que acolham o maior número de matrículas do ensino fundamental sob esse regime. Essas evidências autorizam-nos a supor que a quantidade de alunos que estudam nos ciclos não é tão pequena como se afigura à primeira vista.

Dentre as regiões, é a Sudeste a que se mostra mais inclinada a implantar os ciclos e também a que possui a maior população escolar. De suas redes escolares, 54,4% adotaram ciclos e, dentre elas, quase 90% das escolas estaduais, responsáveis por metade das matrículas do ensino fundamental, situam-se nesse caso. Engrossam esses números, os alunos de 48,6 % das escolas municipais, algumas das quais pertencentes a redes populosas como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, ainda que esta última

apresente uma organização mista. Isso significa que é na região que se encontra a maior concentração de alunos passando atualmente pela experiência de ciclos no país.

Enquanto nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste são da rede estadual a maioria das escolas que adotam ciclos (respectivamente 89,1%, 26,6% e 33%), na região Sul são as escolas municipais que apresentam um maior percentual de adesão (15,9%), e na região Norte, as escolas particulares (10%).

Quanto aos estados, com exceção do Acre, Roraima e Maranhão, os demais apresentam, nas diferentes redes que compõem seus sistemas de ensino, algum percentual, embora bastante diversificado, de escolas com ciclos.

Considerando-se apenas as redes estaduais de ensino, São Paulo é o único estado da federação em que todas as escolas estão organizadas sob esse regime. Com quase 4 milhões de alunos, constitui não só a maior experiência, como a que maior impacto poderá vir a produzir na trajetória da população escolar, dada a quantidade de estudantes envolvida.

O estado vem seguido, em termos percentuais, por Mato Grosso do Sul , 96,9%, Espírito Santo, 93,4%, Rio Grande do Norte, 88,1%, Rio de Janeiro, 78,7%, e Minas Gerais, 73,6%, embora não seja demais repetir, esses índices devam ser considerados com cautela, por conta dos sistemas mistos. Como representantes de uma tendência inversa, os estados do Pará, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul e Goiás apresentam percentuais de escolas estaduais com ciclos próximos ou inferiores a 5%, e estados da Paraíba e Sergipe não abrigam este tipo de organização em suas redes estaduais. Tampouco o Estado de Santa Catarina animou-se a retornar ao regime de ciclos depois da experiência de décadas passadas (vide tabela 2).

O Estado de Minas Gerais, que adotara para a sua rede o regime de ciclos entre 1995 e 1998, opta, na gestão política que se segue, pela flexibilização da medida,

remetendo às unidades escolares a decisão de manter ou não os ciclos, apoiada em seus conselhos de escola e nas diretrizes do projeto pedagógico de cada uma. Os dados do Censo Escolar de 2000 indicam contudo que o nível de adesão tem sido grande, como se pode constatar pelos percentuais apresentados.

A par dos dados quantitativos, há duas orientações gerais, de ordem pedagógica, relativas ao currículo e à avaliação, que vale a pena registrar. Do ponto de vista curricular, as redes que adotam ciclos reportam-se a referenciais oficiais, sejam eles provenientes do estado, sejam nacionais ou locais, ou ainda, em certas municipalidades, deixam em aberto a questão, encarregando os professores e a comunidade escolar de pautarem o próprio currículo posto em prática pelas escolas.

Ao lado da avaliação continuada do processo de aprendizagem, como o desempenho dos alunos das redes escolares passa a ser monitorado por sistemas padronizados de aferição do rendimento da população escolar em larga escala, tais como o SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – e seus congêneres em alguns estados como Minas Gerais e São Paulo, criados na década de 90, o regime de ciclos começa a ter também um outro referencial de avaliação, agora externo, desconhecido das experiências brasileiras realizadas em períodos anteriores.

Algumas conclusões provenientes de estudos sobre os ciclos

O exame da bibliografia sobre ciclos no país permite afirmar que, no decorrer de tantas décadas e de tantas mudanças no âmbito da sociedade e no seio dos sistemas educacionais, os argumentos evocados para a adoção dos ciclos e o seu substrato comum têm permanecido basicamente os mesmos. Tais argumentos são alimentados pelos intelectuais da área e parecem ter o condão de sensibilizar sobretudo os gestores

dos sistemas escolares, a quem tem cabido invariavelmente a iniciativa de adoção dos ciclos.

Ainda que as experiências brasileiras sejam bastante variadas e numerosas, estudos mostram que há muitos processos de implementação de ciclos que foram interrompidos, por vezes abruptamente, e que há uma expressiva quantidade de iniciativas ainda muito recentes, de sorte que os ciclos ainda não conseguiram consolidar-se enquanto estruturas e práticas inovadoras. Apenas em relação aos ciclos de alfabetização parece haver um relativo consenso de que eles são irreversíveis nas redes em que estão instalados há mais tempo, embora estejam ainda longe de ter concretizado um modelo verdadeiramente novo de operar da escola.

A análise das experiências brasileiras evidencia também o fato de que embora as mesmas condições para a implementação bem sucedida dos ciclos sejam basicamente propostas experiência após experiência, elas continuam todavia não sendo asseguradas na maioria das vezes, ou pelo menos não o são de um modo satisfatório para aqueles diretamente envolvidos com as mudanças.

Pairam grandes controvérsias sobre as medidas que acompanham os ciclos, particularmente porque elas abalam o modo de funcionar da escola, forjado há séculos, sem que tenham delineado com relativa clareza como será a sua nova maneira de ser.

Quanto aos resultados de aprendizagem, há uma espécie de intuição generalizada entre professores e pais das diferentes redes escolares, de que a introdução dos ciclos leva a um rebaixamento do nível geral do ensino. A preocupação nesse sentido é mais acentuada sobretudo entre aquelas famílias de classe média, que aspiram em relação à escola pública, os padrões de desempenho apresentados pelas boas escolas de elite. Contudo, as informações que têm vindo a público, oriundas dos sistemas de aferição do

rendimento escolar em larga escala, não são conclusivas, de sorte que não há elementos que corroborem essa idéia.

O grau de satisfação dos atores envolvidos é um elemento determinante no que diz respeito à probabilidade de sucesso na implementação e no enraizamento de programas nas áreas sociais. No caso dos ciclos, a adesão apenas parcial dos sujeitos sociais ao regime e os questionamentos que fazem às políticas que buscam implementá-los, são compreensíveis e até esperados, visto que se trata menos de uma mudança nos detalhes formais da estrutura da escola do que na sua cultura. O grande desafio é exatamente o de fazer emergir o novo em meio a um aparato escolar que tem grande poder de regulação e que funciona a partir de princípios contraditórios, que ora favorecem a introdução dos ciclos, ora tolhem a autonomia que dá condições aos avanços e recuos suscitados pela sua implementação. Tudo indica pois que os ciclos demandarão muito tempo ainda para serem consolidados, já que o tempo de mudar no papel é muito diferente do tempo de transformar corações e mentes e daquele requerido para moldar a nova face da escola.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9394 de 20/12/1996.

-----, Ministério da Educação e Cultura. INEP: Censo Escolar de 1999 e 2000.

Disponível em: < www.inep.gov.br >.

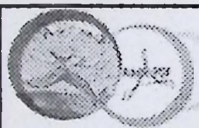
ANEXO 1								
Escolas sob o regime de ciclos no país								
Matriculas, escolas e ciclos, segundo a região e a dependência administrativa								
Censo Escolar 2000								
REGIÃO	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental no ano 2000						
		Número de Matrículas		Número de Escolas				
		N	% C	Total		Regime de Ciclos		% L
				N	% C	N	%C	
BRASIL	Estadual	15806726	44,3	33.678	18,6	15.307	46,3	45,5
	Federal	27810	0,1	47	0,0	1	0,0	2,1
	Municipal	16694171	46,7	129.643	71,4	17.171	51,9	13,2
	Particular	3189241	8,9	18.136	10,0	605	1,8	3,3
	Total	35717948	100,0	181.504	100,0	33.084	100,0	18,2
NORTE	Estadual	1406278	43,0	4138	16,3	343	57,8	8,3
	Federal	4748	0,1	5	0,0	0	0,0	0,0
	Municipal	1719612	52,5	20477	80,5	168	28,3	0,8
	Particular	143055	4,4	817	3,2	82	13,8	10,0
	Total	3273693	100,0	25437	100,0	593	100,0	2,3
NORDESTE	Estadual	3968439	31,7	8.353	9,6	2.754	36,3	33,0
	Federal	4060	0,0	15	0,0	0	0,0	0,0
	Municipal	7561512	60,4	71.370	81,8	4.786	63,0	6,7
	Particular	975115	7,8	7.529	8,6	57	0,8	0,8
	Total	12509126	100,0	87.267	100,0	7.597	100,0	8,7
CENTRO - OESTE	Estadual	1478138	57,2	2.631	28,3	699	43,3	26,6
	Federal	2530	0,1	3	0,0	0	0,0	0,0
	Municipal	879204	34,0	5.255	56,6	910	56,3	17,3
	Particular	222416	8,6	1.392	15,0	6	0,4	0,4
	Total	2582288	100,0	9.281	100,0	1.615	100,0	17,4
SUDESTE	Estadual	6751814	32,2	12.575	33,0	11.202	54,1	89,1
	Federal	14221	0,1	19	0,0	1	0,0	5,3
	Municipal	4675423	36,1	18.551	48,7	9.007	43,5	48,6
	Particular	1494855	11,6	6.965	18,3	515	2,5	7,4
	Total	12936313	100,0	38.110	100,0	20.725	100,0	54,4
SUL	Estadual	2202057	49,9	5.981	27,9	309	12,1	5,2
	Federal	2251	0,1	5	0,0	0	0,0	0,0
	Municipal	1858420	42,1	13.990	65,3	2.224	87,1	15,9
	Particular	353800	8,0	1.433	6,7	21	0,8	1,5
	Total	4416528	100,0	21.409	100,0	2.554	100,0	11,9
Fonte: MEC/INEP/SEEC								
Nota: % C, porcentagem calculada sobre total da coluna e % L, cálculo sobre o total linha								

Ensino Fundamental					
Número de Escolas com Organização em Ciclos					
Censo Educacional de 2000					
Unidade da Federação	Dependência Administrativa	Nº de Escolas	Unidade da Federação	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Brasil	Estadual	15.307	Bahia	Estadual	1.281
	Federal	1		Municipal	2.235
	Municipal	17.171		Particular	24
	Particular	605		Total	3.540
	Total:	33.084	Minas Gerais	Estadual	2.645
Rondonia	Estadual	115		Federal	1
	Municipal	22		Municipal	3.141
	Particular	1		Particular	20
	Total	138		Total	5.807
Amazonas	Municipal	73	Espirito Santo	Estadual	1.199
	Particular	1		Municipal	1.016
	Total	74		Particular	36
Para	Estadual	10	Rio de Janeiro	Total	2.251
	Municipal	73		Estadual	1.251
	Particular	2		Municipal	2.237
Amapa	Total	85		Particular	61
	Estadual	81	São Paulo	Total	3.549
	Particular	2		Estadual	6.107
Tocantins	Total	83		Municipal	2.613
	Estadual	137		Particular	398
	Municipal	76	Paraná	Total	9.118
Piaui	Total	213		Estadual	300
	Estadual	166		Municipal	1.775
	Municipal	182	Santa Catarina	Particular	7
Ceara	Particular	1		Total	2.082
	Total	349		Municipal	184
	Estadual	411	Rio Grande do Sul	Particular	1
	Municipal	728		Total	185
	Particular	2		Estadual	9
Rio Grande do Norte	Total	1.141		Municipal	265
	Estadual	867		Particular	13
	Municipal	1.351	Mato Grosso do Sul	Total	287
	Particular	26		Estadual	348
	Total	2.244		Municipal	57
Paraiba	Municipal	64		Particular	1
	Particular	1	Mato Grosso	Total	406
	Total	65		Estadual	350
Pernambuco	Estadual	3		Municipal	693
	Municipal	171	Goias	Particular	1
	Particular	3		Total	1.044
Alagoas	Total	177		Estadual	1
	Estadual	26		Municipal	160
	Municipal	52		Particular	2
Sergipe	Total	78		Total	163
	Municipal	3	Distrito Federal	Particular	2
Fonte: MEC/INEP/SEEC					
OBS.: A Escola pode apresentar mais de uma forma de Organização do Ensino Fundamental					

XX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MOMENTOS E MOVIMENTOS

artigos

palestras



Para visualização dos trabalhos é necessário ter o leitor Adobe Acrobat. Caso você ainda não tenha instalado, execute o programa Instalar.exe contido no CD-ROM.

experiências

anpae

Associação Nacional de Política e Administração da Educação